

ATA NÚMERO 210/XII/4.^a SL

30.setembro.2014 – 15h00

Aos 30 dias do mês de setembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 1, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Doutor David Justino, sobre o Relatório do CNE – Estado da Educação 2013

5. Petição n.º 413/XII/3^a da iniciativa do Sindicato dos Professores da Zona Sul – Direção Distrital de Faro – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Faro – 16h30

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** Paulo Cavaleiro - PSD

6. Petição n.º 414/XII/3^a da iniciativa Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Coimbra – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Coimbra

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator:** Rui Pedro Duarte - PS

7. Proposta de cartazes para a edição 2014/2015 do programa Parlamento dos Jovens

- **Apreciação e votação**

8. Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual, na Assembleia da República em 2014.

- **Apreciação e deliberação**

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

8 de outubro de 2014 -10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 209/XII, relativa à reunião de 23 de setembro, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente informou que baixou à Comissão, em 24 de setembro último, o Projeto de Lei n.º 660/XII (BE) - *Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*. Encontrando-se a discussão no Plenário agendada para o dia 2 de outubro, a Comissão deliberou não elaborar parecer, por manifesta falta de tempo.

3.2. Comunicou que foram recebidos na Comissão os pedidos de audiência abaixo, relativamente aos quais foi deliberado o seguinte:

- Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), para abordar assuntos relativos à comunidade estudantil do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, tendo idêntico pedido sido dirigido à Comissão de Saúde. Cabe ao PSD o agendamento da audiência, que será aberta a todos os Deputados.
- Sete organizações sindicais da área da Educação, que pretendem propor o desenvolvimento imediato de uma iniciativa parlamentar, com vista à superação dos problemas ocorridos no concurso de contratação de escola (BCE). Esta audiência será agendada assim que possível, em Plenário de Comissão.

3.3. O Sr. Presidente recordou que serão inauguradas, no dia 2 de outubro, às 14h00, as exposições *Cem anos de Presidência/Escultura em Barro*, de Joaquim Esteves, e *Bustos da República*, no corredor circundante do Hemiciclo (1.ª exposição) e átrio da Biblioteca (2.ª exposição).

Informou ainda que presidirá à sua inauguração, pelo que solicitou que o início da reunião da Comissão, agendada para esse dia e à mesma hora, seja assegurado por um dos Vice-Presidente da Comissão.

3.4. Relativamente à participação no Fórum da Juventude Europa-Lusofonia, foi deliberado que a Comissão será representada por um Deputado de cada Grupo Parlamentar, como é prática da Comissão, sempre que se associa a uma iniciativa. Até ao momento foram designados os Deputados Duarte Marques (PSD) e Rui Pedro Duarte (PS).

3.5. Foi apreciado o relatório da audiência concedida a duas representantes dos pais da turma 4.º R da Escola EB 1 n.º 2 de Queluz sobre a mudança do professor desta turma, não se tendo registado qualquer observação sobre a mesma.

4. Audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Doutor David Justino, sobre o Relatório do CNE – Estado da Educação 2013

O Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Professor Doutor David Justino, veio acompanhado pelo Secretário-Geral, Dr. Manuel Miguéns.

Num primeiro momento referiu que o Relatório já corresponde à 4.ª edição, concretiza uma das competências do CNE e não contém alterações significativas em relação aos relatórios dos anos anteriores, tendo, ainda, realçado que os indicadores são este ano apresentados sem qualificativos.

Salientou que se trata dum Relatório da responsabilidade do CNE, com a parte de relatório e uma síntese e sem recomendações. Referiu que na introdução, de opinião pessoal, indicou os aspetos que no seu entender exigem atenção mais redobrada.

Indicou que no 1.º capítulo, no que respeita aos valores de financiamento, foram utilizados cinco indicadores, sendo que os mesmos têm pressupostos e montantes diferentes e realçou que os valores do Ministério da Educação e Ciência não incluem os da Madeira e dos Açores, nem os dos municípios.

Em termos de abordagem de médio e longo prazo da evolução da despesa, referiu que no período de 2002 a 2008 houve um crescimento lento da despesa em Educação, 2009 e 2010 foram anos excecionais, com máximos de despesa, de 2011 a 2013 houve um período de ajustamento e em 2013 registou-se um ligeiro aumento a nível do ensino não superior.

Em relação à redução da despesa em 1.5, salientou que se deve em 2/3 à diminuição das despesas de pessoal da Função Pública e em 1/3 às medidas adotadas, nomeadamente, aposentações de professores e sua substituição por outros em início de carreira, com menor vencimento. Salientou que outras medidas, como sejam, designadamente, a constituição de agrupamentos e a alteração a nível da docência da disciplina de Educação Visual e Tecnológica, não geram uma redução imediata de despesa, por os professores se manterem nas escolas.

Referiu que o sistema perdeu cerca de 165.000 alunos, em ensino obrigatório e de adultos, realçou como conquista do mesmo a redução manifesta do abandono escolar, de 28% para 19%, manifestou preocupação em relação ao aumento das taxas de retenção nos últimos anos, ao envelhecimento dos professores (a maioria com 50 anos ou mais) e evidenciou a necessidade de se reequacionar o modelo de recrutamento.

Quanto à reorganização da rede escolar do 1.º ciclo, realçou a transformação profunda dos últimos dez anos e a previsão de continuidade desse processo, devido à diminuição da taxa de natalidade. Em relação à dimensão das turmas, realçou que a média é de 22 alunos, próxima das médias europeias, verificando-se ainda que 40% das turmas tem entre 20 e 24 alunos e cerca de 31% tem de 25 a 29 alunos.

Evidenciou a melhoria dos resultados escolares de 2000 a 2012, com a existência, em média, de melhores alunos e aprendizagens.

Por último, enfatizou o problema da sustentabilidade da rede do ensino superior, com 131 instituições acreditadas, 2/3 privadas e 1/3 públicas e uma multiplicidade de cursos e equacionou se há recursos para o sistema.

Interveio de seguida o Deputado Amadeu Albergaria (PSD), realçando a importância do Relatório sobre o Estado da Educação, para fazer o retrato da mesma e apoiar o debate político, realçando que o mesmo contraria a indicação que vem sendo feita pelos Grupos Parlamentares da oposição no sentido de que todos os cortes feitos na Educação são cegos e que está instalado o caos.

Pedi depois o aprofundamento da matéria da seriação de professores, enfatizou benefícios e prejuízos da reorganização da rede, equacionou a dimensão das turmas em termos de situação e impacto e referiu a dimensão dos agrupamentos e a possibilidade de desenvolvimento de um projeto educativo único.

O Deputado Acácio Pinto (PS) referiu o desnorte do Ministério, ilustrando com a contratação de professores e a sua colocação tardia, realçou o experimentalismo do mesmo e o desinvestimento na Educação nos últimos anos, nomeadamente nos adultos, defendendo que a Educação também é utilizada para combater assimetrias. Pediu um comentário em relação ao sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, realçando a existência de muitos trabalhadores sem qualificação.

Enfatizou uma redução de 22.000 efetivos a nível dos professores, o facto de mais de 30% das turmas terem mais de 24 alunos, os valores elevados do analfabetismo e os valores do abandono escolar longe da meta 20-20.

Referiu ainda o aumento do número de alunos com necessidades educativas e o facto de o orçamento respetivo ser muito reduzido e pediu um comentário sobre a matéria.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu a importância da existência deste Relatório nacional sobre a matéria, paralelo a outros internacionais. Enfatizou depois a referência de que a grande ameaça ao sistema é a perda de 165.000 alunos, em consequência da diminuição da natalidade. Realçou que a redução de financiamento é maioritariamente resultante das baixas salariais e não da constituição de agrupamentos, da reorganização da rede escolar e do número de alunos por turma.

No que toca ao ensino superior, pediu que no futuro seja feita uma análise da qualidade das bolsas de estudo, particularmente do tempo que medeia entre o pedido e a sua concessão.

A Deputada Rita Rato (PCP) realçou que divergem de algumas afirmações da introdução do Relatório e defendeu que não se verificou apenas um ajustamento financeiro, mas uma desfiguração da escola pública, colocando-a como um espaço de desigualdade.

Realçou que o Relatório contém dados importantes que só existem no mesmo, congratulando-se com isso, comentou a percentagem de abandono escolar, enfatizou a existência de estudantes que trabalham ao mesmo tempo que frequentam a escolaridade obrigatória e de alunos do ensino superior com falta de dinheiro para as necessidades escolares.

Realçou que a reorganização da rede escolar do 1.º ciclo nalguns casos origina a mudança para escolas piores, manifestou preocupação em relação ao facto de na alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo se ter estabelecido que este ensino deixa de ser supletivo, salientou que o Serviço de Ação Social Escolar diminuiu o número de alunos com apoios, nomeadamente em termos de manuais escolares e referiu a redução de 17% das bolsas do ensino superior.

Referenciou ainda o número de pessoal do ensino especial e pediu que no futuro o relatório inclua não só os professores como também os técnicos.

O Deputado Luís Fazenda (BE) discordou das apreciações feitas na introdução do Relatório, manifestou dúvidas em relação aos números de financiamento do Ministério da Educação e Ciência indicados e referiu acreditar que os mesmos tinham sido inflacionados.

Salientou que os mega agrupamentos se verificam maioritariamente nas áreas metropolitanas, com prejuízos para os alunos e salientou o aumento do número de alunos por turma, nomeadamente no grupo de 24 a 29.

Por fim, realçou que o Relatório critica o modelo de formação inicial de professores e a cultura de retenções, mas não adianta pistas.

Na sequência das questões e observações colocadas, o Presidente do CNE referiu que tentou ser rigoroso e isento na introdução, mas que não é neutro. Salientou que há muitas análises quantitativas, com base no número de alunos, quando um agrupamento com 500 alunos pode ser de mais difícil gestão do que um de 3.000, em função do tipo de alunos.

Em relação ao número de alunos por turma, propôs um debate de base técnica e salientou que a turma é um espaço de aprendizagem e o número de alunos deve ser ajustado em relação à aprendizagem necessária, defendendo a diferenciação e a atribuição de poder às escolas para fixarem esse número.

Reiterou que a diminuição da despesa em educação resultou principalmente da redução salarial, pelo que entende que nesse caso não se trata de desinvestimento. Considerou ainda que é visível a redução a nível da educação de adultos, mas que não há redução na educação especial.

Salientou que o abandono escolar está agora em 19% e Portugal quer atingir a percentagem de 10% até 2020, mas entendeu que essa meta é irrealista, já considerando possível obter cerca de 14%. Realçou ainda que uma maior taxa de emprego gera mais abandono e menos emprego origina menos abandono.

Defendeu que o analfabetismo é residual e se verifica prioritariamente na população mais idosa, entendendo que é matéria da área da Segurança Social.

Comprometeu-se depois a incluir no próximo ano os técnicos da educação especial e a analisar a qualidade das bolsas de estudo do ensino superior.

Referiu que Portugal é um dos países com mais desigualdades sociais na Europa, a nível da distribuição de riqueza e que quanto maior a escolarização, menores as desigualdades sociais, defendendo que é um trabalho de médio e longo prazo.

Indicou que os contratos de associação sofreram uma grande redução e informou que estão a ultimar uma Recomendação sobre o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, com recomendações ao Governo para a regulamentação daquele.

Em relação à formação dos professores, informou que o CNE tem uma Comissão apenas sobre professores e vão apresentar um relatório até ao fim do ano.

Por último, lembrou que as despesas do Ministério da Educação e Ciência não incluem as despesas feitas por outros Ministérios e referiu que a cultura de retenção está arreigada na sociedade portuguesa.

O Relatório e as gravações da reunião estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

5. Petição n.º 413/XII/3ª da iniciativa do Sindicato dos Professores da Zona Sul – Direção Distrital de Faro – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Faro – 16h30

O Sr. Presidente apresentou as boas-vindas aos subscritores da Petição – Manuel Nobre, Ana Simões e Cristina Lourenço – que expuseram, sucintamente, os fundamentos que justificaram a apresentação da Petição e que se enunciam:

- O Estado recorre ao erário público para financiar os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, em detrimento da rede de escolas públicas, com maior incidência, no distrito de Faro, nos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Existem, no concelho de Faro, nove estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e 16 instituições particulares de solidariedade social (IPSS), subsidiadas com dinheiros públicos, enquanto a rede pública de educação pré-escolar é constituída por apenas seis estabelecimentos, o que configura um claro desinvestimento na rede pública de jardins-de-infância;
- A cidade de Faro (com 44.000 habitantes) dispõe de apenas seis salas de jardim-de-infância, num total de 150 crianças, com idades entre os 5 e os 6 anos e existe lista de espera para as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos;
- As condições nas escolas públicas são insuficientes, nomeadamente no que diz respeito ao número de docentes de Educação Especial e de assistentes operacionais. Para além disso, as turmas não são reduzidas quando integram alunos com necessidades educativas especiais (NEE);
- Só se conhecem os montantes atribuídos ao ensino particular e cooperativo até ao ano de 2012;
- A redução registada no financiamento ao ensino particular e cooperativo, em 2014, encontra-se muito abaixo da redução verificada nas escolas públicas, no mesmo período;

- Defendem a garantia de uma escola pública de elevada qualidade para todos, o que entendem não ser compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas;
- Assim, reclamam o término dos contratos de associação, quando na área exista oferta pública, a avaliação pelo Parlamento das iniciativas na região na promoção do ensino privado em detrimento da escola pública, e exigem ainda que no distrito de Faro seja garantida a frequência à educação pré-escolar a todas as crianças dos 3 aos 6 anos, através de jardins-de-infância e escolas públicas de qualidade.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) cumprimentou os peticionários e considerou que a situação exposta merece uma reflexão profunda. Afirmou que o ensino particular e cooperativo continua a ser de natureza supletiva ou subsidiária, pese embora subsista um problema de ordem legal, que se prende com o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, entretanto alterado, que permite a construção destas escolas em qualquer situação.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) cumprimentou os peticionários e referiu que os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo fazem parte integrante da rede escolar, não tendo já um cariz supletivo. Considerou que este tipo de ensino não tem sido privilegiado, afirmando que a redução de financiamento, nos últimos anos, ficou muito acima da redução para o ensino público, indicando dados recentes do Conselho Nacional de Educação, no relatório “Estado da Educação 2013”. Terminou, defendendo que os portugueses têm direito a uma educação de qualidade e em condições de igualdade.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou os peticionários e disse valorizar os exemplos apresentados, que permitem denunciar as situações que se vivem nas escolas públicas do nosso país. Defendeu que compete ao Estado manter a rede pública de escolas, não devendo o dinheiro ser canalizado para os estabelecimentos privados, em especial quando os mesmos se localizam junto de escolas públicas. Terminou, afirmando que a redução dos contratos de associação é pouco significativa, quando comparada com os cortes verificados nas escolas públicas.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que a apresentação de petições com o mesmo objeto constitui uma excelente iniciativa, que envolve milhares de professores, pais, autarcas, pessoal não docente, entre outros, e permite uma discussão sobre a situação concreta dos vários distritos. Defendeu que a celebração de contratos de associação com estabelecimentos privados só se justifica quando a rede pública não consegue responder às necessidades do sistema e lembrou que as escolas privadas não recebem os alunos com necessidades educativas especiais e fazem seletividade social, pelo que, concluiu, não há liberdade de escolha.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) saudou os peticionários e, referindo-se a alguma acusações que foram feitas, considerou que constituem matéria dos Tribunais. Afirmou que os contratos de associação existem há mais de 30 anos e que o ensino privado desempenhou um papel muito importante, sendo que muitas das instituições privadas estiveram na linha da frente, em termos de equipamentos desportivos, ofertas culturais, entre outros. Terminou, sublinhando a redução do investimento no ensino particular e cooperativo, verificada nos últimos anos.

Os peticionários afirmaram que o problema que se coloca é transversal a todo o País e que as petições dão conta da importância que a comunidade educativa reconhece à Assembleia da República. Consideraram que não são os colégios que melhor podem responder às necessidades das populações, porquanto fazem a seleção dos seus alunos, e consideraram inadmissível a sobreposição da rede privada à rede pública. Fizeram ainda referência ao encerramento de escolas, em especial no interior, ao aumento do número de alunos por turma e à redução do número de docentes nas escolas e terminaram, reafirmando que a liberdade de escolha não pode ser concretizada à custa do financiamento público, quando a oferta é privada.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na internet](#).

6. Petição n.º 414/XII/3ª da iniciativa Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Coimbra – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Coimbra

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Proposta de cartazes para a edição 2014/2015 do programa Parlamento dos Jovens

Foram apreciadas as novas propostas de cartazes para a presente edição do programa Parlamento dos Jovens. Após as intervenções dos Srs. Deputados Pedro Pimpão (PSD), Carlos Enes (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP) e Luís Fazenda (BE) e não se tendo registado consenso relativamente ao cartaz do Secundário, foi deliberado agendar uma reunião do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens com o *designer* responsável pela conceção dos mesmos, e ratificar as propostas finais na reunião seguinte da Comissão.

8. Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual, na Assembleia da República em 2014.

Por não se encontrarem presentes os Srs. Deputados que acompanham esta matéria e por não ter sido rececionada nova proposta de programa desta iniciativa, na sequência das sugestões apresentadas na reunião anterior, este ponto foi adiado.

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

8 de outubro de 2014 -10h00

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de setembro de 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Diana Ferreira
Hugo Lopes Soares
João Prata
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Conceição Pereira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira